

---

# Globalização e divisão territorial do trabalho: reflexões preliminares sobre a Microrregião Geográfica de Londrina\*

Fábio César Alves da Cunha\* \*

## RESUMO

Divergências nos discursos sobre o processo de globalização, perdas sociais, desemprego e a diminuição do Estado Nacional, além da posição da Microrregião Geográfica de Londrina neste novo contexto, são algumas das reflexões apresentadas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Globalização, Divisão Territorial do Trabalho e Microrregião de Londrina.

O termo globalização se tornou nos dias atuais a palavra da moda. Muito tem-se dito a respeito do significado desta palavra na atual fase de desenvolvimento econômico das nações do mundo, a bibliografia é vasta e aumenta a cada ano.

Se partirmos do pressuposto de que vivenciamos uma época de “crises”, crise econômica, política, social, crise da cidade, do campo, a própria razão está em crise. No mundo atual vivemos uma crise de paradigmas, que contribui ainda mais para uma definição imprecisa a respeito de alguns fenômenos contemporâneos, entre eles a globalização, já que a própria ciência econômica vivencia uma profunda crise, onde seus conceitos mais tradicionais não correspondem mais à realidade.

Para KURZ (1997, p.135), a palavra de ordem nos dias de hoje é a globalização, globalização dos mercados do dinheiro, do trabalho, porém, o autor esclarece que o mercado mundial existe deste o século XVI, e que a economia de mercado moderna cresceu sobretudo dentro do espaço funcional das “nações” criadas no século XVIII. Tal processo se deu com base num vultuoso estoque de capital nacional que fez surgir Estados Nacionais dotados de sistemas jurídicos nacionais e infra-estrutura, estendendo-

se também pelo século XX. Para HIRST & THOMPSON (1998, p.15), a atual economia altamente internacionalizada tem precedentes. Para eles:

*“é uma das diversas conjunturas ou estados da economia internacional que existiram desde que uma economia baseada na tecnologia industrial moderna começou a ser generalizada a partir dos anos 1860”*

Os mesmos autores ainda destacam:

*“(...)A diferença entre um sistema comercial em que as mercadorias e as informações eram movidas por embarcações a vela e outro em que são movidas por navios a vapor e por eletricidade é qualitativa. Se os teóricos da globalização querem dizer que temos uma economia em que cada parte do mundo é ligada por mercados que compartilham informações perto do tempo real, então isso não começou na última década de 70, mas nos anos 1870” HIRST & THOMPSON (1998, p.25 e 26).*

---

\* Projeto de Pesquisa: “A divisão territorial do trabalho e o processo de industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina”. CPG nº 353120

\*\* Professor Assistente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

No entanto Kurz salienta que pelo menos em termos econômicos, esta é uma realidade que pertence ao passado, pois a partir da década de 80 deste século, um novo sistema de coordenadas surgiu com uma rapidez impressionante, impulsionado pelos satélites, pela microeletrônica, pela nova tecnologia em comunicação e em transportes e pela queda dos custos energéticos, fazendo surgir um mercado único e global.

Nesta nova realidade, *“tudo passou a ser negociado a qualquer momento e em toda parte, desde dívidas de países do terceiro mundo, passando por toda uma infinidade de produtos, mão-de-obra barata, até órgãos humanos”* (KURZ, op. cit. p. 136). Para esse mesmo autor, a mudança fundamental ocorreu pelo fato do mercado mundial acabar devassando as economias nacionais, alcançando até as últimas das aldeias dos confins do mundo.

Sob a forma do mercado de câmbio europeu, o sistema de crédito emancipou-se do controle exercido pelos bancos nacionais:

*“Um especulador alemão pode operar com dólares no Japão, uma empresa japonesa pode tomar empréstimos em marco nos Estados Unidos. O mesmo vale para a produção: uma mercadoria que será vendida por uma empresa alemã no mercado alemão pode ser elaborada na Inglaterra ou no Brasil, montada em Hong Kong e o produto expedido do Caribe”* (KURZ, op.cit. p. 136)

Só que a partir da década de 60, ainda para este autor, o comércio mundial expandiu-se com maior rapidez do que a produção mundial. Como decorrência deste fato teremos por exemplo, que a produção das “fábricas de montagem” japonesas na América Latina e na Europa - cuja tarefa é montar componentes semiprontos, com a utilização mínima de produtos locais - aparece como exportação do México para os Estados Unidos ou da Inglaterra para a Espanha. Neste contexto não temos uma mera negociação entre economias nacionais, mas uma nova divisão de trabalho dentro das próprias empresas multinacionais. Assim, todos os componentes do processo produtivo e do sistema financeiro perambulam pelo globo.

Com o processo da globalização tanto o mercado consumidor, como os investimentos em

tecnologia avançada tiveram que expandir-se por todo mundo, causando desemprego, perda do valor da força de trabalho e do poder de compra nacional, aumentando assim os lucros para aqueles que detêm os meios de produção ou os “meios de especulação” nesta atual fase.

A atual concorrência passa a exigir um marketing global, sempre em busca de custos mais baixos e de maiores vendas, não importando em que região do mundo. O lema é: “produzir onde os salários são baixos, pesquisar onde as leis são generosas e auferir lucro onde os impostos são menores”<sup>1</sup>

Com a globalização o capital das empresas deixa de integrar cada vez mais o estoque de capital nacional, passando a se internacionalizar. Estima-se que dentro de pouco tempo mais de 20% do capital alemão estará globalizado, ou seja, transferido da Alemanha para qualquer outro país do mundo que ofereça os itens do lema acima citado. Para Kurz, isso é suficiente para alterar também a orientação estratégica, onde a fidelidade à economia nacional vai por água abaixo, e quando isto acontece, qualquer estratégia de desenvolvimento econômico deixa de existir.

As conseqüências deste processo globalizante são perigosas, pois se a economia privada avança todos os limites, o Estado permanece restrito às fronteiras territoriais e se torna cada vez menos o “capitalista ideal” de Marx, com voz de comando ativa sobre o estoque de capital nacional. Assim o Estado se torna um mero refém nas mãos da iniciativa privada, e se por um acaso ele tentar impor limites à ação desenfreada do mercado, as empresas globalizadas logo o ameaçam com um êxodo de capitais que podem causar danos irreparáveis à situação econômica do país.

Diante de tal conjuntura em que o capital se apresenta sozinho para dar as cartas, os Estados procuram a todo custo se integrar às três teses fundamentais do chamado “Consenso de Washington”<sup>2</sup>: 1- a busca de estabilidade econômica, com o fim da inflação e inserção de uma moeda forte; 2- a redução do Estado, com o incremento do processo de privatização e, 3- abertura total da economia para o capital mundial. Mas o que deve ser realçado é que o capital estrangeiro não visa mais o desenvolvimento do país como um todo, mesmo assim os governos tentam atraí-los com a redução

de impostos e outras regalias. *“O resultado passa a ser a diminuição do número de empregos, causada pela racionalização, a evasão de lucros e a ausência de garantias para os investimentos”* (KURZ, op.cit. p.136).

Assim, as diferenças entre os países pobres e ricos são lentamente niveladas, mas não em termos do bem estar geral, mas de um mal estar ameaçador causado principalmente pelo desemprego estrutural. Estima-se que hoje os Estados Unidos e a Europa tenham 35 e 60 milhões de pobres respectivamente.

A globalização impõe em toda parte do globo, uma mentalidade voltada para a exportação, ou seja a integração direta e sem entraves ao mercado mundial, ao passo que simultaneamente um número cada vez menor de pessoas consegue integrar-se economicamente a esse mesmo mercado. *Zonas livres de comércio como o Nafta, a Comunidade Européia ou o Mercosul, só tendem a agravar o problema, pois geralmente aceleram a desintegração da economia nacional e promovem a união multinacional de pequenas ilhas de desenvolvimento.* (KURZ, 1997, p. 139).

O aumento do desemprego e da miséria, ambos globalizados passa a ser também consequência da falta de recursos financeiros dos Estados que abandonam a sua própria sorte uma parcela cada vez maior da população, roubando-lhe o direito à cidadania. Para Kurz, as autoridades nesta situação, buscam apenas manter o controle militar sobre os setores “extraterritoriais” da miséria e da barbárie.

A globalização gera obscenas ilhas de riqueza e produtividade em meio a um mar de pobreza e miséria. O resultado desse arquipélago passa a ser o aumento da criminalidade e da barbárie mesmo nos países “ditos desenvolvidos” e que até a pouco tempo garantiam o bem estar a grande maioria de sua população.

Segundo DIMENSTEIN (1995, p.5-7), os Estados Unidos, maior potência militar do planeta, está perdendo uma batalha dentro de suas próprias fronteiras, a violência, principalmente entre os jovens daquele país, vem causando 20 mil assassinatos por ano, 55 por dia, em dois anos tem-se quase o mesmo número de soldados americanos mortos no Vietnã. Existem cerca de 300 mil estabelecimentos que vendem armas, um número maior do que postos de gasolina.

Esses números são reflexo da marginalidade e do colapso das relações sociais que abalam a sociedade americana e inevitavelmente todo o mundo globalizado. A violência progride a medida que progride a marginalidade, ou seja, a incapacidade de integrar pessoas à comunidade, causada principalmente pela dificuldade de obter empregos. A situação de violência chegou ao ponto de que estatisticamente é menor a chance de um jovem em bairro como o Harlem chegar aos 40 anos de idade do que a de jovens de países como Bangladesh, marcados pela pobreza e por doenças. (DIMENSTEIN, op. cit.)

Kurz é enfático ao apontar o resultado desse tipo de globalização nada favorável:

*“Uma economia global limitada a uma minoria sempre mais restrita é incapaz de sobreviver. Se a concorrência globalizada diminui cada vez mais o rendimento da produção industrial e assola numa proporção ascendente a economia das regiões, segue-se logicamente que o capital mundial minimiza seu próprio raio de ação. A longo prazo o capital não poderá insistir na acumulação sobre uma base tão restrita, dispersa por todo o mundo (...)”* (KURZ, 1997, p. 140)

Além disso, a globalização acarreta uma nova contradição estrutural entre o mercado e o Estado, pois, através da internacionalização do estoque monetário, o capital foge ao controle estatal diminuindo as receitas públicas, receitas essas essenciais para o investimento em infraestrutura que tanto necessita o capital globalizado. *“A globalização tira do poder do Estado os meios financeiros imprescindíveis para o próprio desenvolvimento da globalização”* (KURZ, 1997, p.140).

Entretanto, são sobretudo as reações desesperadas dos homens “cuspidos” do mercado que desencadeiam a crise do novo sistema mundial. Os custos da “segurança crescem em proporções astronômicas: *“Os antigos países imperialistas, numa economia globalizada, não podem mais declarar guerra uns aos outros, mas são obrigados a mobilizar conjuntamente uma “polícia mundial” contra os perdedores globais, a fim de garantir condições sociais condizentes às ilhas de riqueza”* (KURZ,1997, p.140)

Sobre a ascensão de alguns países asiáticos,

dos chamados “tigres asiáticos”, o mesmo autor aponta que estes países e mesmo o Japão, percebem desde 1992, os “limites do crescimento”, do mesmo modo que o Ocidente. Segundo Kurz, a ascensão asiática baseia-se sobretudo em uma destruição desconsiderada do meio ambiente e na sobrecarga da infra-estrutura esgotada. “*Em Taiwan, já secaram 70% das reservas de água, e a “água potável” está começando a arruinar até as máquinas; e um saneamento dos danos causados ao meio ambiente custaria o quíntuplo das reservas de divisas de Taiwan*” (KURZ, 1997, p.123).

O mesmo se aplica aos horríveis exemplares do neoliberalismo na América Latina, onde em alguns países, um câmbio artificialmente elevado em relação ao dólar havia criado a impressão de estabilidade, uma impressão desfeita após o colapso da economia mexicana, no início de 1995 e da economia russa em 1998, assim como a própria crise econômica brasileira neste mesmo ano, agravada ainda mais no início de 1999. Ainda para este autor, o milagre neoliberal na América Latina, até a metade da década de 90, não passou de uma ilusão estatística, pois as altas taxas de crescimento referem-se a um ponto de partida que foi o resultado da “década perdida” e de uma desindustrialização brutal. Já com relação à Europa Oriental, salienta que a enganação estatística é ainda maior, pois mesmo em países de exibição do neoliberalismo, como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca, as reformas neoliberais fizeram recuar em até 40% a produção das indústrias transformadoras, desde 1989. Na Rússia, onde a economia de mercado foi idolatrada até pouco tempo, este número chega a mais de 50%. Para Kurz, o balanço global do neoliberalismo e das reformas, no sentido da economia de mercado revela uma única catástrofe.

Entretanto o discurso sobre a globalização é bastante divergente. Alguns autores não concordam com esta posição catastrófica de Kurz e argumentam que existe a possibilidade de estratégia política e de ação para um controle nacional e internacional de economias de mercado, com o objetivo de fomentar metas sociais. HIRST E THOMPSON (1998, p. 14 e 15), não só defendem esta tese como também acrescentam que a globalização da maneira que é defendida por seus defensores mais extremados, é basicamente um mito e apontam alguns fatores que devem ser considerados:

1- A atual economia altamente internacionalizada tem precedentes. E em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914.

2- Empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras. E a maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais.

3- A mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento. Ao contrário, o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, e o Terceiro Mundo continua marginalizado, tanto em relação aos investimentos quanto às trocas, exceto em uma pequena minoria de novos países industrializados.

4- Como admitem alguns dos defensores extremados da globalização, a economia mundial está longe de ser genuinamente “global”. Ao contrário, os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Triade da Europa, Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar.

5- Portanto, essas grandes potências econômicas, o G3, têm então a capacidade, *especialmente se coordenam a política (grifo nosso)*, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas. Assim, os mercados globais não estão fora da regulação e do controle, ainda que o alcance atual e os objetivos da governabilidade econômica sejam limitados pelos interesses divergentes das grandes potências e pelas doutrinas econômicas que prevalecem entre suas elites.

Se em certos aspectos, a atual economia internacional é menos integrada do que no período 1870-1914, são estes aspectos que fazem a diferença. Todo o desenvolvimento tecnológico ligado à transportes, microeletrônica e informática, que formam a base estrutural do processo de globalização, ocorreram principalmente na segunda metade deste século, assim parece difícil buscar esta comparação entre períodos técnico-científicos tão diferentes.

Quanto as empresas genuinamente transnacionais serem raras e com uma forte base nacional, deve-se salientar que esta base nacional é relativa e limitada, haja vista o aumento contínuo do desemprego em todas as nações do mundo em crise, com exceção dos Estados Unidos, que pela sua conjuntura histórica capitalista ainda goza de estar fora da crise mundial.

Como pode ser constatado as opiniões sobre o processo de globalização são divergentes, o que contribui ainda mais para a sua forma ideológica. Para BATISTA JR., a ideologia da “globalização” funciona como conveniente cortina de fumaça. Os governos têm-se servido da “globalização” para isentar-se de responsabilidade por tudo de negativo que acontece na economia, transferindo-a para o âmbito de forças supranacionais fora do seu controle. Desemprego, privatizações, mercados financeiros instáveis, tudo passou a ser uma consequência das exigências de competição em uma economia “globalizada”. A “globalização” virou pau para toda obra. É desculpa para tudo e desfruta, além disso, da imortal popularidade de explicações que economizam esforço de reflexão (apud HIRS & THOMPSON, 1998, p. 11).

No que se refere a Microrregião Geográfica de Londrina, cabe aqui procurar identificar até que ponto este processo global, tem reflexos na economia dessa microrregião. Nesse ponto a dualidade global-local torna-se o ponto central do debate.

Segundo SANTOS (1996, p. 266 e 267), no plano global, as ações globais, desterritorializadas, constituem normas de uso dos sistemas de objetos localizado, já no plano local, o próprio território se constitui numa norma para o exercício das ações.

*“A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar confronta o Mundo, mas, também, o confronto, graças à sua própria ordem.”*  
(SANTOS, 1996, p.267)

Para esse mesmo autor, os objetos que constituem o espaço geográfico atual, são intencionalmente fabricados e localizados, buscando sempre o exercício de certas finalidades.

Assim a ordem espacial resultante é também intencional. Estes objetos são frutos da ciência e da tecnologia e buscam uma exatidão funcional.

As etapas das ações podem ser rigorosamente previstas, buscando com isto uma maior produtividade econômica ou política às ações e ao espaço no qual estas incidem. Trata-se para o autor da possibilidade de uma ação racional sobre um espaço racional. Ora, não é necessário salientar que toda esta racionalização tem como principal objetivo o “mercado”. Mas o espaço não é homogêneo, assim a distribuição de objetos e ações no espaço se dá de forma diferenciada. Alguns espaços ou subespaços como diz o autor, dotados com objetos modernos e atuais, podem ser atraentes para as ações de interesses dos agentes hegemônicos, formando subsistemas hegemônicos.

É a partir desses objetos atuais, ligados as ações, que se realiza a “velocidade do mundo”, somente possível através da instigação da competitividade, diga-se de passagem, a palavra de ordem da atual política econômica internacional comandada pelo neoliberalismo. Essa competitividade, que por sua vez é uma ação, é para Santos, a máquina de guerra de uma mais-valia universal de impossível medida, é nesse mundo belicoso a mais guerreira de todas as ações.

Para esse autor, não há um espaço global, mas espaços da globalização mundializados reunidos por redes. E se ele não é homogêneo, vem a tona a teoria das vantagens comparativas. BENKO (1996, p.80), lembrando essa teoria de D. Ricardo, diz que esta é uma referência incontornável e que nesse modelo a globalização procede de três pontos: 1- da suposta existência de um mercado supranacional; 2- das dotações em recursos dos territórios (nacionais); 3- do princípio da divisão do trabalho e do critério de especialização adotado. Para Benko, o mercado mundial não existe, devido a forte interferência dos Estados, sendo mais conveniente considerar apenas como um comércio internacional. Além disso, não são mais as matérias-primas que constituem os recursos mais estratégicos das vantagens comparativas, mas as habilidades (ou ações que fala Santos) que os atores territoriais podem desenvolver, promovendo as externalidades apropriadas. Se a divisão internacional do trabalho procede das vantagens comparativas, estas decorrem de externalidades que não são estáticas, mas dinâmicas, o que aqui

pode-se entender como fruto das ações colocadas por Santos (1996).

Assim tentando superar a análise ricardiana Benko procura fazer um histórico das mudanças que caracterizam a revolução industrial, afetando políticas adotadas pelas empresas no contexto da organização global, assim como as políticas que os Estados praticam no âmbito dos territórios nacionais. Para ele, a revolução industrial originada pela maquinização dos processos produtivos, pela cientificação dos conhecimentos técnicos (a tecnologia) e pelos modelos de organização econômica, criaram uma situação concorrencial até então desconhecida. Essa cientificação permitiu que o Know-How dificilmente difundível fosse transformado em conhecimentos fáceis de serem apropriados por atores convenientemente educados em várias partes do globo. Tal processo gerou a reprodução das estruturas produtivas (tecnologias e modelos de organização) e sua difusão por outras empresas e novos lugares. Isso não só intensificou ainda mais a concorrência como transformou a composição produtiva dos contextos locais.

O argumento de Benko é que os contextos locais de meios inovadores ou dinâmicos assumiram o controle dessas transformações, fazendo-as servir ao seu desenvolvimento, enquanto que os demais meios sofreram os efeitos com fortunas diversas, mas sempre de modo a não conseguir estabelecer uma dinâmica autógena. Assim Benko, classifica os contextos locais e suas transformações ao longo da era industrial em quatro categorias:

1- os sistemas com meios inovadores, que fechados em si adotam técnicas de Pesquisa e Desenvolvimento P& D, o que lhes confere a capacidade de controlar a criação tecnológica e que por seu custo, são de natureza a frear a entrada, nesse domínio de eventuais concorrentes. Desta forma conseguiram controlar as forças micro e macro da globalização colocando-as a serviço de seu próprio desenvolvimento;

2- os sistemas com meios dinâmicos que conseguiram organizar-se para tirar partido das oportunidades e que conheceram, devido a isto, desenvolvimentos notáveis, porém, mais cedo ou mais tarde esbarraram na necessidade de dominar formas mais avançadas de inovação tecnoorganizacional e assim são prejudicados por práticas e culturas industriais que não os dispõem para isso;

3- os pseudo-sistemas territoriais, assim qualificados porque não têm dinâmica autógena, seus meios são desestruturados; sofrem as políticas das multinacionais e as dos Estados, com capitais diversos e resultados ambivalentes;

4- os sistemas cuja dinâmica é mantida de maneira exógena. (BENKO,1996,p.84 e 85).

Poder-se-ia pelas políticas atuais do governo brasileiro, que se traduzem em abertura do mercado nacional, aumento das importações, queda das exportações e uma taxa de juros ultra-elevada, que aos poucos vem desestruturando todo o desenvolvimento industrial e agrícola do país, enquadrar a Microrregião Geográfica de Londrina, como pseudo-sistema territorial, sem dinâmica própria, passivo à políticas comandadas pelo capital externo e com o apoio do Estado. Um espaço passivo as regras de uma nova divisão territorial do trabalho da era da globalização.

Para SANTOS (1996,p.104), a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial, e por ser movida pela produção, atribui sempre uma nova função aos lugares. Com as economias do mundo, a marcha do capitalismo e o surgimento do processo de industrialização amplia-se a tendência de diversificações de forças sociais, sobre a diversificação da natureza. "Hoje o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação".

O mesmo autor vai além quando relaciona a divisão do trabalho como um processo onde os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Neste caso por recurso deve-se entender toda possibilidade material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições), são coisas naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. A partir da distribuição desses dados os homens mudam a si mesmos e seu entorno. Assim essa ação transformadora faz com que a cada momento os recursos sejam outros. O valor de um recurso depende de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar. Fora dos lugares os recursos são abstrações. "Por isso a formação socioespacial e não modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país"(SANTOS,1996 p.107). Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. A

divisão do trabalho resulta da distribuição das atividades, isto é, da distribuição da totalidade dos recursos, e o que permite à totalidade dos recursos de funcionalizar-se e objetivar-se são os lugares.

Santos realça a importância dos lugares, sendo estes os condicionantes dos movimentos do espaço. O movimento dos lugares é um movimento discreto, heterogêneo e conjunto, desigual e combinado e é esse movimento que passa a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo um resultado e uma condição, porém é a divisão do trabalho que é decisiva, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis (SANTOS, 1996, p.107 à 109). Essa divisão territorial do trabalho, cria uma hierarquia entre lugares e segundo sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições. Para Santos a divisão do trabalho gera conflitos, sendo alguns mais relevantes. O primeiro é a disputa entre o Estado e o Mercado. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, procuram defender seus interesses induzindo uma divisão do trabalho. As diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptado à seus interesses. Assim, as políticas do poder público e das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem.

A divisão territorial do trabalho é o reflexo espacializado da divisão social do trabalho. Para Santos é necessário levar-se em conta além do trabalho vivo ou trabalho social, o trabalho morto, isto é, a divisão territorial do trabalho morto. Aqui trabalho morto, na forma de ambiente construído, acaba tendo um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. O autor ainda cita que não só o ambiente construído, o espaço modificado pelo homem, o espaço geográfico em si, ou a segunda natureza de Marx, mas também as feições naturais do território, têm, ainda hoje, influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho.

Tanto os fatores naturais como o meio ambiente construído, são virtualidades, a utilizar ou não. Para Santos (1996, p. 112), a noção de prático-inerte introduzida por Sartre é

igualmente fundamental: “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas” Uma plantação, um porto, uma estrada, a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas.

No caso de Londrina, tem-se a condição da fertilidade natural do seu solo, uma característica que atraiu ações empreendedoras ao norte do Paraná à partir de meados da década de 1920. Na verdade, se a fertilidade valorizava os solos no norte do Paraná, o mesmo era desvalorizado pela sua pior localização em face à distância do mercado. MUNGUIA PAYES (1984, p. 21 e 22) analisa o deslocamento do café para o norte do Paraná em função da renda da terra. Para este autor: “está aí a chave para entendermos a incorporação de terras do norte do Paraná à cafeicultura; o rompimento da relação entre a maior fertilidade e a pior localização”. Segundo ele, trata-se de uma maior fertilidade dos solos do norte do Paraná, com relação aos piores que determinavam o preço geral e o preço de mercado no Estado de São Paulo. Assim com o passar do tempo as vantagens da fertilidade dos solos, acabou por compensar as desvantagens de localização.

Se faz lembrar que estas terras foram vistas num primeiro momento com o objetivo de se plantar algodão, empreendimento que foi logo substituído por um projeto de colonização pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP. O sucesso deste empreendimento se deve graças a estrada de ferro, o prático-inerte principal nesta fase pioneira, que também fazendo parte do projeto, serviu como corredor de acesso e escoamento da produção nessa região.

Pode-se dizer que são estes dois fatores, a fertilidade do solo como uma “vantagem comparativa”, e a estrada de ferro, fruto de “uma ação”, assim como, as diretrizes bem definidas pela CTNP, que dividiu as terras em pequenos lotes de 10, 15 e 20 alqueires em sua maioria, que deram impulso para que Londrina se tornasse um polo regional de grande expressão da região sul. A divisão territorial do trabalho na região londrinense se inicia com base nestes fatores.

Para SANTOS (1996, p.113): “a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre

as divisões territoriais do trabalho anteriores”, assim para o entendimento da divisão territorial do trabalho da Microrregião Geográfica de Londrina na era da globalização se faz necessário o entendimento histórico das diversas divisões territoriais do trabalho que acabaram se manifestando nessa região. Desde sua origem como uma região estritamente agrária, passando pelo processo de industrialização da agricultura e pelo crescimento do setor secundário e principalmente do terciário nas décadas de 70 e 80, até as atuais políticas que se constituem em novas tentativas de industrialização para esta região.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Pensamento formulado pela revista especializada alemã “Wirtschaftswoche”
- <sup>2</sup> Expressão forjada pelo economista John Williamson, durante seminário promovido pelo governo americano em 1993.

#### BIBLIOGRAFIA

- BENKO, G., *Economia Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRAGUETO, R.C., *A Inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na Divisão Territorial do trabalho*. São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado, USP).
- CMNP. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. Maringá, 1975.
- DIMENSTEIN, G. A Nova Guerra Civil - *Caderno “mais” Folha de São Paulo*. de 01/10/1995. (páginas 5-7)
- HIRST P. & THOMPSON G., *Globalização em Questão*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- KURZ, R., *O Colapso da Modernização*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_, *Os Últimos Combates*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- MUNGUIA PAYES, M. A., *O Norte do Paraná: Expansão Cafeeira e apropriação da renda fundiária desde fins do século XIX até 1960*. Itaguaí, 1984 (Dissertação de Mestrado, UFRJ).
- SANTOS, M., *Técnica Espaço Tempo Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*, São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_, *A Natureza do Espaço*, São Paulo: Hucitec, 1996.